

## COOPERAÇÃO BIBLIOTECÁRIA ENTRE BIBLIOTECAS DO IFCE

*Lígia Almeida do Nascimento Bandeira*

Discente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), Universidade Federal do Ceará (UFC), Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)  
E-mail: ligia@ifce.edu.br

*Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne*

Doutora em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Cariri/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará  
E-mail: fatimaportela@unilab.edu.br

### RESUMO

Pesquisa a cooperação entre bibliotecas como alternativa de melhoramento dos serviços de informação, visando a benefícios mútuos para os prestadores e usuários. Para tanto, investiga pelo método da observação participante, o atual panorama de cooperação entre bibliotecas do IFCE. Como resultados parciais, percebe-se um baixo ou inexistente nível de cooperação entre as bibliotecas do IFCE, mesmo as mais próximas, na região do Cariri, bem como a inexistência de um Sistema de Bibliotecas do IFCE. Considera que esses fatores limitam os benefícios da cooperação de bibliotecas para usuário local de informação, já inventariados na literatura especializada. Conclui, resumindo as próximas fases da pesquisa, buscando indícios para uma efetiva promoção da cooperação entre bibliotecas da Instituição.

Palavras-chave: Cooperação entre bibliotecas. IFCE. Bibliotecas acadêmicas.

### ABSTRACT

Library cooperation is shown as an alternative for improvement of information services, which results in mutual benefits to both libraries and users. In doing so, this research uses the method of participant observation to analyze the current panorama of cooperation between

IFCE's libraries. As partial results, It highlights the low or inexistent level of cooperation between IFCE's libraries, even the closest, in the Cariri region, Brazil, and the absence of a System of Libraries IFCE. It considers that these factors limit the benefits of library cooperation to local user information, as already reported in the literature. As conclusion, it presents the next research steps, seeking evidence for effective promotion of cooperation among libraries of this institution.

**Keywords:** Library cooperation. IFCE. Academic Libraries.

## 1 INTRODUÇÃO

A função social das bibliotecas, que envolve a organização da memória documentária para uma ampla variedade de objetivos, torna-se cada vez mais necessária na nova sociedade, sobretudo pelo uso massivo das emergentes tecnologias da informação e comunicação. O uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) na organização, no processamento técnico de documento e informação, na preservação, busca, acesso e disseminação da informação conduz os profissionais da informação e a própria área a reverem alguns conceitos. Destaca-se a crescente substituição do conceito tradicional de propriedade e custódia nas políticas de formação e desenvolvimento das coleções do acervo das bibliotecas por acesso a informação e conhecimento, independentemente de local e formato.

Isto torna possível e consoma em prática real e produtiva um interesse já antigo entre bibliotecários e cientistas da informação: o compartilhamento de recursos, produtos e serviços de informação entre as instituições, em especial quando são congêneres ou formam uma rede, como ocorre com os institutos federais e suas bibliotecas.

A última lei da Biblioteconomia (Ranganathan) indica que a biblioteca é um organismo em crescimento. Deduz-se que, em termos de informação e serviços cada vez mais especializados, tem um sentido exponencial de crescimento. Esse aumento no volume, materiais e informações das bibliotecas, os custos crescentes de aquisição e processamento, a necessidade de pessoal capacitado, espaço para armazenamento, assim como as crescentes demandas por usuários, tornam-se, a cada dia, uma conjunção de problemas que demanda solução urgente.

Com as facilidades possibilitadas pelas TIC, gestores de vários tipos de bibliotecas, em especial, as universitárias, motivam-se para desenvolver ações cooperativas com vistas à

elevação da qualidade de serviços de informação, a baixos custos, elevando a satisfação dos usuários, tais como intercâmbio/compartilhamento de livros, periódicos, *preprints*, catálogos, listas de publicações, boletins informativos, decisões políticas, eventos, notícias *flash* etc.

A revolução da informação produzida pelas TIC é uma aliada e pode, se bem utilizada, trazer benefícios às bibliotecas. A literatura que estuda o uso das TIC na cooperação de serviço já indica que há, em uma dimensão macro da sociedade, a adoção de uma nova filosofia e atitude das bibliotecas em relação ao desenvolvimento de ações de compartilhamento de recursos e serviços de informação, com o uso de redes, consórcios etc. Essa nova posição é disseminada muito rapidamente, estando nas agendas de discussões dos mais diversos eventos de bibliotecas públicas, universitárias, escolares, empresariais, que consideram, as redes, o compartilhamento de recursos e serviços de informação e o consórcio como meios viáveis de cooperação entre bibliotecas.

Com base na urgência de seus usuários ao acesso efetivo à informação de qualidade, as bibliotecas começaram a se organizar e se relacionar para implementar a ideia já bem aceita de compartilhamento de recursos e serviços. Essa abordagem é cada vez mais passível de ser utilizada pelas tecnologias inovadoras na Era Digital, que “abriu novas avenidas para bibliotecas, arquivos e museus coexistirem em rede” (PRASAD, 2011, p. 204). Estamos vivenciando uma nova conjuntura que não apenas indica, mas também oferece as ferramentas adequadas para o desenvolvimento de trabalhos cooperativos em todos os setores, em particular, entre bibliotecas que, em seus variados contextos, têm como marca principal um crescimento exponencial do volume de informação e documentos que precisam acessar, o alto valor da informação e, na mesma intensidade, altas restrições orçamentárias, acompanhados das demandas gerais e específicas de seus usuários.

A literatura especializada indica variada terminologia concernente ao trabalho cooperativo e de compartilhamento de informação utilizado pelas bibliotecas: colaboração, coordenação, ajuda mútua, parceria, associação, aliança, participação etc.

As expressões mais usadas são:

- a) consórcio, rede de bibliotecas, sistema integrado de bibliotecas (LEMOS; MACEDO, 2003);
- b) serviços cooperativos, parcerias, compartilhamento, consórcio, redes, rede de informação, rede de bibliotecas (TOMAÉL, 2005);
- c) rede de cooperação, ajuda mútua, consórcio (MATTOS et al., 2011);
- d) *consortium library* (GOODLUCK, 2012).

Indicado na literatura, todavia, o conceito de cooperação não está inserido em teoria explicitada. Trata-se de uma noção de senso comum, indicando qualquer relação entre agentes que pretendem fazer algo em comum. Thiollent (2008), por exemplo, é um dos que atribui ao vocábulo cooperação múltiplos significados em diferentes contextos de uso:

- a) como forma de organização entre sócios, de acordos com o cooperativismo historicamente formado a partir do século XIX (CRAIG, 1993) [...];
- b) como processo psicossocial na interação das pessoas ou dos grupos que se dispõem a cooperar, sob formas de ajuda mútua, trocas ou compartilhamento de esforços, informações ou recursos (MONTEIRO, 2003);
- c) como forma de relacionamento na interação entre organizações, independentemente do cooperativismo, com parcerias ou redes, no intuito de buscar complementaridade ou efeitos de sinergia (AMATO NETO, 2000).

Krzyzanowski (2007) considera que o crescimento exponencial das publicações técnico-científicas nos anos 60 do século imediatamente passado, assim como os novos avanços tecnológicos nos processos de captação, registro, organização e disponibilização da informação, levaram os profissionais de informação a buscar opções que garantissem a otimização desses processos. A cooperação para o compartilhamento de serviços bibliotecários foi um desses recursos facilitadores da localização e obtenção de documentos, que iniciou, no Brasil, entre bibliotecas isoladas e, hoje, tem na internet sua principal ferramenta.

Lemos e Macedo (2003) indicam a Europa como o continente que primeiro iniciou as atividades de compartilhamento de produtos e serviços com os consórcios e redes de bibliotecas universitárias, desde a emergência das TIC e da internet, que permitiram melhorias na prestação de serviços aos usuários e a articulação entre diversas bibliotecas.

Vários são os fatores indicados na literatura que influenciaram a formação de consórcios entre bibliotecas como opções facilitadoras de mudanças possibilitadoras de mais e melhores serviços a custos reduzidos: rápido crescimento da informação e de títulos de periódicos eletrônicos; política de aumento de preços dos editores para este tipo de assinaturas; novos modelos de licenciamento; e os problemas relacionados com os direitos do autor.

Também são muitos os benefícios indicados para os serviços biblioteconômicos, que possibilitam:

- a) partilhar o acesso e a disponibilização da informação, constituindo catálogos coletivos ou catálogos comuns virtuais, que possibilitam a transação de dados e a pesquisa distribuída em catálogos bibliográficos, com base no protocolo Z39.50;
- b) melhorar o empréstimo domiciliário entre os membros dos consórcios, o empréstimo inter-bibliotecas e o fornecimento de documentos;
- c) organizar programas cooperativos de serviços como, por exemplo, a catalogação compartilhada e a coordenação de assinaturas impressas;

- d) constituir bibliotecas digitais, projetos de digitalização e preservação de documentos e os respectivos arquivos;
- e) obter assinaturas eletrônicas em texto integral e serviços on-line;
- f) reduzir os custos no acesso à informação eletrônica e captar financiamento. (LEMOS; MACEDO, 2003, p. 13).

De modo proeminente, as bibliotecas universitárias possuem a “responsabilidade de adquirir, organizar, disseminar e preservar as fontes de informação”, com o objetivo de auxiliar as atividades de ensino, aprendizado e pesquisa (GOODLUCK, 2012, p. 8). Seguindo o atual modelo cooperativo, cabe a essas instituições o aproveitamento dos mais recentes recursos tecnológicos, bem como a compreensão e o balanceamento das variáveis ambientais intangíveis, macro e micro, a fim de que satisfaçam as necessidades de informação das comunidades de usuários acadêmicos.

Em termos de bibliotecas acadêmicas, Burke (2010), em uma abordagem macro, considera que elas passam por mudanças dramáticas, principalmente em decorrência da severidade econômica observada nos anos 2008 e 2009. Isto força as bibliotecas a justificarem seus orçamentos e serviços, bem como qualquer novo programa (BESARA; KINGSLEY 2010), tendo mesmo que reduzir ou eliminar programas a cada nova possibilidade de economizar fundos pelos administradores das universidades, exigindo das bibliotecas o desenvolvimento de uma intensa cultura avaliativa.

Explicações com dados tangíveis e quantificáveis são cada vez mais exigidas na justificação de tais serviços, o que nem sempre retrata fielmente a noção de valor representada pelos serviços de informação disponibilizados à comunidade acadêmica (CHADWELL, 2011). Para Broady-Preston e Lobo (2011), entender e medir os conceitos de valor e impacto no âmbito dos serviços é problemático e constitui-se em um desafio para os prestadores de serviços, especialmente alocados em um ambiente com intensa recessão econômica, principalmente, quando pensados do ponto de vista dos usuários e mantenedores.

Por exemplo, as bibliotecas sempre foram consideradas fundamentais nas atividades de pesquisa. Atualmente, reservam boa parte do seu orçamento para a aquisição de fontes de informação *online*, embora esse serviço nem sempre seja reconhecido como da biblioteca. O problema, segundo Healy (2010), é que o acesso remoto às informações *online*, sem a mediação da biblioteca, dificulta o reconhecimento, pelo usuário, de qual conteúdo é promovido pela biblioteca.

Em relação a essa dificuldade de inovação nas bibliotecas acadêmicas, Jantz (2012) chama atenção para o quadro atual em que “poucas organizações permaneceram estáticas na sociedade pós-moderna, que é um cenário caracterizado por rápida mudança nas influências

sociais, econômicas e políticas”. Para o autor, um dos fatores que limitam a inovação, é a herança que as bibliotecas acadêmicas receberam de suas instituições mantenedoras, as universidades, caracterizadas pela burocracia, agravada pela complexidade dos contratos, normas departamentais e tradição. Amorim e Wergueiro (2006) não apenas corroboram este pensamento, como também advertem para o fato de que as bibliotecas universitárias brasileiras precisam romper “uma barreira cultural e política (ainda)” para efetivamente se tornarem instrumentos de “divulgação do saber”, deixando de ser meras repetidoras de “regras e políticas internas” das instituições que as abrigam.

Esse âmbito de estagnações ou cortes orçamentários, mas que ao mesmo tempo se tem, de forma cada vez mais exigente, a necessidade de se adquirir publicações em seus mais diversos formatos e que têm custos cada vez mais elevados, levam à valorização das iniciativas colaborativas, tais como os consórcios entre bibliotecas e as novas possibilidades das tecnologias baseadas na internet, de modo a reduzir custos com a aquisição de documentos e informação, economizar espaços, simplificar operações e eliminar atividades redundantes.

Em estudo sobre as bibliotecas acadêmicas nigerianas, Goodluck (2012 p. 9) retrata as dificuldades que enfrentam, sobretudo aquelas custeadas pelo Governo, ante as baixas alocações orçamentárias destinadas à educação:

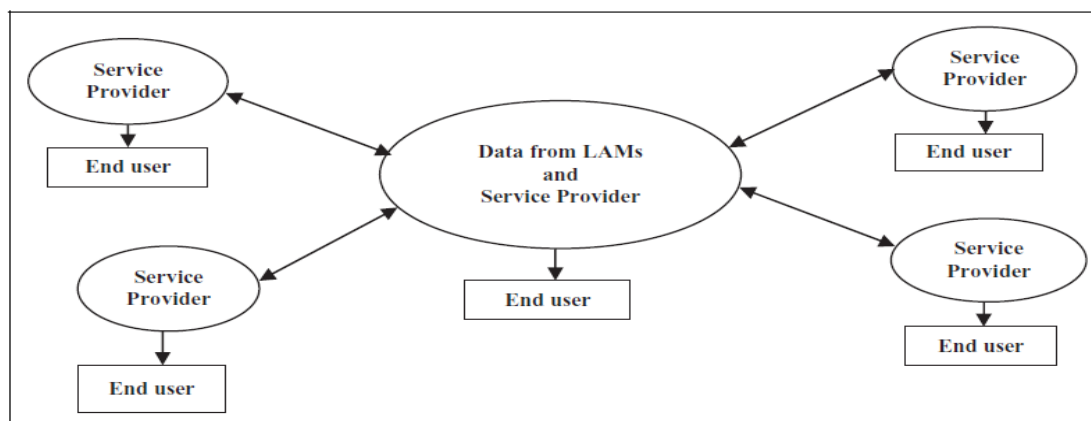
Com os baixos recursos orçamentários, as universidades não são capazes de prover fundos para operar bibliotecas com serviços de primeira classe. Como resultado, não há facilidades e recursos de informação adequados, tornando o uso das bibliotecas pelos discentes apenas como um espaço para estudo. Poucos docentes utilizam as fontes das bibliotecas regularmente e muitos não conhecem o que há de novo e as novas fontes nas bibliotecas [...] Muitos visualizam a biblioteca como fraca e incapaz de auxiliar o Ensino e a Pesquisa.

As dificuldades financeiras parecem ser uma característica comum entre as bibliotecas deste setor. A solução para tais problemas está nas iniciativas colaborativas biblioteconômicas. Prasad (2011) argumenta que “Colaboração e cooperação é crítico para qualquer centro de excelência ser vibrante e a sociedade se beneficiará desta sinergia”, o que é corroborado por Besara e Kingsley (2010), ao identificarem o fato de que a colaboração nas bibliotecas acadêmicas nasce da constatação de que o sucesso e o aprendizado do estudante depende de um trabalho colaborativo de toda a comunidade acadêmica.

Prasad (2011) dá indicações claras do que deve ser feito pelas bibliotecas universitárias em um tempo que se faz mediante o paradigma digital. O autor entende que se as bibliotecas querem participar efetivamente da criação de um futuro digital, é necessário que iniciem as atividades de cooperação não apenas entre si, mas com arquivos e museus, e dá um

exemplo: se pequenas bibliotecas com importantes coleções não têm condições para digitalizar seus acervos por iniciativa própria, poderão desenvolver essa atividade via projetos colaborativos. Propõe, ainda, um modelo de consórcio entre bibliotecas, arquivos e museus que denomina de LAMs (Library, Archives and Museums) (Figura 1).

**Figura 1 – Modelo de colaboração entre Bibliotecas, Arquivos e Museus (LAMs)**



Fonte: Prasad (2011, p. 209).

Nesse modelo, o *hub* central seria criado pelo Ministério do Turismo e Cultura indiano, desde uma das instituições que possui herança cultural, responsável pela definição das normas para o consórcio de manutenção dos padrões de dados, da interoperabilidade dos dados, dos servidores etc. Neste caso, a sugestão seria a Biblioteca Nacional. Neste ambiente, os usuários utilizariam a coleção como um todo, e, portanto, não seriam caracterizados pela instituição, mas apenas por buscarem um item de informação (PRASAD, 2011).

Autores como Besara e Kinsley (2011); Burke (2010); Chadwell (2011); Cysne (2003); Goodluck (2012) e Jackson (2011), dentre outros, são fortes na argumentação do valor essencial de ações cooperativas no atual panorama biblioteconômico, por possibilitarem benefícios mútuos para bibliotecas e usuários. Os primeiros estudos sobre essa temática instigadora para dar o foco desta pesquisa de mestrado, em andamento, propõem-se a: analisar a cooperação entre as bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em suas diversas modalidades, como via de melhoramento dos serviços prestados à comunidade acadêmica e, ao mesmo tempo, da representatividade das bibliotecas perante os seus mantenedores e usuários.

Tanto na revisão da literatura, quando na prática institucional, percebe-se que, nas mais das vezes, a cooperação ocorre apenas em um nível de representação institucional, dado

relevante que constituiu o questionamento básico deste estudo: como promover uma efetiva cooperação entre as bibliotecas do IFCE, tomando como base a do *campus* Juazeiro do Norte, de modo a trazer benefícios mútuos para as bibliotecas e usuários? Como questões de apoio, indaga-se: ocorrem ações de cooperação entre as bibliotecas do IFCE? Quais as possibilidades e os limites para uma efetiva cooperação entre essas bibliotecas? Qual percepção de gestores de bibliotecas e dirigentes das instituições sobre a cooperação, com vias de identificar limites ou oportunidades para ações cooperativas?

Com arrimo nesses questionamentos, elaborou-se o objetivo geral: analisar a cooperação entre as bibliotecas do IFCE, com enfoque na do *campus* Juazeiro do Norte, visando à promoção de benefícios mútuos entre bibliotecas e usuários.

De modo específico tem os seguintes objetivos:

- a) realizar um mapeamento do regime local de informação;
- b) identificar tipos de trabalho cooperativo entre as bibliotecas do IFCE;
- c) identificar, com base na percepção de gestores de bibliotecas e dirigentes de instituições, os limites e oportunidades para ensejar ações cooperativas entre bibliotecas e
- d) analisar o atual panorama político de informação, para melhor compreender as políticas públicas de informação, em âmbito nacional e local, que possam facilitar o processo cooperativo e de trabalho em rede nos institutos federais.

Em aditamento ao exposto, acredita-se que o principal contributo do desenvolvimento desta pesquisa é concernente a uma reformulação do papel das bibliotecas no IFCE, entendidas como uma rede de informação dos institutos federais em cada Estado, o que requer que se percebam e se objetivem parcerias na busca de alcançar o principal objetivo da educação superior promovida pelos IFs, que é a formação de uma cultura crítica e investigativa entre os acadêmicos, ou ainda, possibilitando a criação de espaços do saber, mais do que de “depósitos do saber”, no qual e para o que as bibliotecas têm papel fundamental como laboratórios informacionais de pesquisa, análises e estudos.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa em andamento está desenhada como um estudo exploratório-descritivo-analítico, com base na realidade de uma região, mas na forma de estudo de um caso. A investigação adota também o método da observação participante, porque a pesquisa está sendo realizada no Instituto Federal do Ceará (IFCE) onde uma das autoras desenvolve



suas atividades profissionais (bibliotecária/documentalista desde 2006). Essa abordagem metodológica da observação participante possibilita ao pesquisador fazer parte [...] do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modificar esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente”. (MINAYO 2009).

O primeiro momento da pesquisa foi de uma extensa revisão de literatura sobre o assunto para se precisar melhor o conceito de cooperação e identificar os específicos entre biblioteca no mundo e os adotados no Brasil.

## **2.1 Universo e Amostra da Pesquisa**

O segundo procedimento metodológico selecionou como universo de investigação o conjunto das bibliotecas dos institutos federais, de modo a pesquisar a importância que dão e as possibilidades e limitações que têm para desenvolverem ações de cooperação de produtos e serviços entre si e com outros órgãos da região, focando as questões das dificuldades de suporte financeiro, de recursos humanos e a busca de melhor performance dos serviços de informação que oferecem.

Como estudo de caso, a pesquisa selecionou as bibliotecas do Instituto Federal do Ceará, entrevistando os seus gestores. Em primeiro lugar, traçou-se um mapeamento do regime local de informação, buscando compreender as variáveis influenciadoras dos processos de cooperação entre as bibliotecas do IFCE Cariri.

Em fase posterior, a pesquisa colherá dados de percepção de bibliotecários e gestores acadêmicos (diretores) sobre a cooperação entre bibliotecas, utilizando como instrumentos a entrevista estruturada (já em fase de pré-teste). Esses dados deverão ser analisados com base em metodologias que valorizem os aspectos qualitativos dos dados exibidos, destacando-se as contribuições da análise de conteúdo (BARDIN, 1979) e o da interpretação de sentidos (MINAYO, 2009).

## **2.2 Coleta de Dados**

A atividade para coleta de dados está tendo como apoio o regimento das bibliotecas, seu planejamento, programação e relatório anual. Para qualificar os dados sobre cooperação das bibliotecas do IFCE, foram utilizadas as definições internacionais de cooperação, compartilhamento, redes, consórcio etc.

### 3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os avanços tecnológicos observados nas últimas décadas, junto à expansão da educação superior brasileira, revolucionamos serviços de informação das bibliotecas acadêmicas. Ante os desafios informacionais contemporâneos, e a urgência por corresponderem às necessidades das sociedades centradas em informação e conhecimento, a cooperação entre bibliotecas parece ser uma ação necessária em busca da excelência no suporte de informação científica para as variadas atividades acadêmicas, seja no ensino, na pesquisa ou extensão.

Na prática, o que se mostra, sobretudo nas bibliotecas universitárias públicas, foco desta pesquisa, é que, quase sempre, o discurso governamental apresentado à sociedade por meio das políticas públicas de informação está longe da realidade vivida pelas comunidades acadêmicas brasileiras. Na biblioteca do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, podem ser observados alguns exemplos, no ponto de vista das problemáticas das bibliotecas acadêmicas de Miranda (1978), classificados com base na sua estrutura administrativa, processos técnicos e pessoal.

No contexto da era digital, os documentos *online* e demais serviços possibilitados pelo advento da *internet* ainda não fazem parte do trabalho desta biblioteca. O acesso à informação fica limitado pela linearidade e condições físicas do impresso, na sua maioria, livros. Nesta perspectiva, percebe-se que esta biblioteca se mostra alijada do denominado espaço cibernético e das revoluções ocasionadas pela tão propagada sociedade da informação, conforme é ressaltado por Aun (2000) e Werthein (2000). Seria este um problema desta biblioteca em particular? Em resposta a esta indagação, Miranda (1978) esclarece que esta situação é reflexo de um problema comum das bibliotecas universitárias brasileiras, especialmente as sustentadas pelo Estado, que tem raízes históricas na forma como foram criadas, de maneira isolada e não sistematizada, nas diferentes escolas de ensino superior. Miranda (1978) acrescenta ainda que “As bibliotecas universitárias se constituíram de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, pequenas, que mantinham seus acervos fechados, inertes, organizados de forma artesanal e intuitivas”.

Semelhantemente, delineou-se a trajetória histórica da biblioteca do IFCE, em Juazeiro do Norte. Ela surgiu há cerca de 15 anos, junto à implantação do *campus* da então Escola Técnica Federal. De modo intuitivo e não sistematizado, desenvolveu-se um acervo por meio de doações feitas pela comunidade acadêmica com o objetivo de suprir a falta de fontes de pesquisa. Apenas em 2006, os serviços prestados por este setor passaram a serem gerenciados por um profissional bibliotecário.

Quanto à estrutura administrativa, atualiza-se a afirmação de Miranda (1978), observando-se o trabalho descentralizado das bibliotecas dos institutos federais. Inexiste um sistema de bibliotecas formalmente organizado, nem diretor geral das bibliotecas, que tenha portanto, “vez e voto” no Conselho Superior da Instituição. No organograma do *campus*, a biblioteca é uma coordenação, subordinada à gerência de ensino. Como instrumento da gestão, tem-se um regulamento geral da biblioteca, que inclui normas de circulação do acervo, serviços prestados e política de desenvolvimento de coleção. Aliás, o único valor discriminado especificamente para a biblioteca no orçamento do *campus* é destinado à aquisição de acervo bibliográfico.

Chama ainda atenção o fato de que o acesso às estantes é restrito aos funcionários da biblioteca. Os usuários estão, assim, desprovidos dos mais básicos e tradicionais métodos de busca dos sistemas de recuperação da informação, tais como os já reconhecidos sistemas de classificação do conhecimento, que facilitam a localização relativa dos livros nas estantes. A exigência do usuário em ter que solicitar ao funcionário da biblioteca a busca pela obra desejada contribui ainda mais para o efeito nocivo das limitações do acesso físico da informação diante das possibilidades nunca antes vistas do uso das TIC.

As limitações físicas que silenciosamente orientam a organização de uma loja de material de escritório também orientam nossas empresas, o governo, as escolas. Guiaram – e limitaram – o modo como organizamos o conhecimento propriamente dito, desde estruturas de gerenciamento para enciclopédias até os cursos em que matriculamos nossos filhos, passando pelo modo como escolhemos nossas convicções e organizamos nossas idéias com princípios desenvolvidos para um mundo limitado pelas leis da física. Imagine que agora, pela primeira vez na história, sejamos capazes de organizar nossos conceitos sem as limitações silenciosas do mundo físico. Como nossas idéias, organizações e conhecimento podem mudar? Essa é a jornada que nos levará de Aristóteles ao discreto professor de psicologia de Berkeley, na Califórnia, que provou que o filósofo grego estava errado. Dos cientistas que tentam catalogar os seres vivos até as empresas que decidem que, se tornarem as informações mais desorganizadas, será mais fácil encontrá-las. Dos enciclopedistas do século XVIII, acusados de violar a ordem de Deus porque organizaram os tópicos em ordem alfabética, até a primeira enciclopédia do mundo sem editores, limites de página ou ordem de pesquisa. (WEINBERGER, 2007, p. 6-7).

Justifica-se tal prática pela falta de um sistema de segurança de acervos, bem como por esta ser um reflexo da política de responsabilização patrimonial do Instituto, que considera o livro um bem permanente e responsabiliza diretamente a coordenação da biblioteca por eventuais danos, perdas ou furtos dos materiais bibliográficos. Este quadro é explicado por Miranda (1978), como reflexo da falta de estrutura administrativa bem definida. Para o autor, “a ausência de estrutura administrativa definida, com atribuições e objetivos explícitos vem dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento dos serviços bibliotecários na maioria de nossas bibliotecas universitárias”. Uma dessas dificuldades se refere à atividade de planejamento, que se torna um conjunto de ações fortuitas, que não contribuem eficazmente para o alcance dos objetivos da instituição; uma atividade, no ponto de vista de Matthews (2005), ainda rara nos serviços de informação. Limita-se, muitas vezes, à elaboração de metas com o fim de serem incluídas nos planos de desenvolvimento institucional, algo que frequentemente se torna “planos com fins em si mesmos, perdendo de vista a ação”. (STONER; FREEMAN, 1982).

Continuando na perspectiva de Miranda (1978), observam-se do mesmo modo as problemáticas envolvendo o processamento técnico. O uso do mais conhecido sistema de classificação do conhecimento (Classificação Decimal de Dewey) para a arrumação física das estantes seria um ponto positivo se os usuários tivessem experiência no seu uso. Na óptica da cooperação, o uso das mesmas linguagens documentárias por diferentes bibliotecas facilita o intercâmbio de registros bibliográficos, bem como facilita o acesso à informação pelo usuário tais instituições.

A organização dos registros bibliográficos é realizada com suporte numa base de dados de configuração tipo *stand-alone*, de modo independente, sem o uso dos computadores em rede, o que impossibilita a automação e a integração dos processos desenvolvidos pela biblioteca, e, numa perspectiva mais ampla, qualquer benefício disponibilizado pela troca de informações bibliográficas nas redes digitais. Como esta base serve apenas como forma única de registro dos livros, impossibilita-se o relacionamento dela com outras atividades bibliotecárias essenciais. Como consequência, a circulação do material, o controle dos usuários, o catálogo, a elaboração de relatórios e inventário, dentre outros, ainda são realizados manualmente.

Na seleção dos materiais informacionais, prioriza-se o desenvolvimento do acervo local, com base na compra de obras que compõem os conteúdos programáticos dos cursos oferecidos, em detrimento da visão moderna do campo biblioteconômico, que envolve o

acesso à informação onde quer que ela esteja. Inexistem avaliações periódicas do acervo que fundamentem o desenvolvimento das coleções.

Em relação à última variável proposta por Miranda (1978) para a análise da situação das bibliotecas acadêmicas brasileiras, observa-se que o desenvolvimento das atividades biblioteconômicas encontra limitações com base no quadro limitado de servidores, ou mesmo, ausência de auxiliares capacitados. Dos seis servidores lotados na biblioteca nesta data, três estão em fase de aposentadoria. Há apenas um bibliotecário no *campus*, que acumula funções técnicas e gerenciais, embora este não tenha uma participação efetiva nas decisões administrativas da biblioteca e da instituição.

Esta parece ser uma realidade vivenciada pelas outras bibliotecas do IFCE, o que reforça a reivindicação social por mais recursos para a educação pública brasileira. Segundo informe\* da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Superior, com data de 18 de maio de 2012, os desafios destas bibliotecas apresentados ao Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) são<sup>1</sup>:

1. Prioridade da reestruturação das Bibliotecas com o estabelecimento urgente de Sistemas de Bibliotecas e estruturas organizacionais que integrem as unidades, serviços, políticas e administração das Bibliotecas em Diretorias Sistêmicas, multicampi, como órgãos executivos e não somente normativos, a exemplo do que já foi feito no âmbito das Universidades;
2. Necessidade premente de qualificação das Bibliotecas dos IFs (recursos humanos, estrutura física, acervo, serviços bibliotecários, orçamento, etc) para responder adequadamente à demanda advinda dos cursos superiores e processos de avaliação do MEC assim como dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) avaliados pela CAPES;
3. Necessidade de divulgação e utilização do Portal Periódicos da CAPES como fonte importante de informações científicas junto aos IFs elevando o número de acessos justificando o investimento anual de mais de 130 milhões de reais anuais pelo governo federal;
4. Importância da adoção sistemas informatizados de gestão de bibliotecas (programas) que ofereçam os padrões e funcionalidades mínimas exigidas pela área a exemplo do formato MARC, Protocolo Z39.50, funcionalidades disponíveis na Internet, etc;
5. A potencialidade da atividade dos Grupos de Trabalho da CBBI para estabelecermos uma efetiva integração entre as Bibliotecas dos IFs a exemplo de um catálogo coletivo baseado em sistemas que se comuniquem e que tenham os requisitos para tal. A atividade de processamento técnico de publicações foi apontada como uma das aplicações possíveis, diminuindo, em muito, processos que incidem de forma repetitiva em todos os IFs;
6. A oportunidade de realização do evento "Encontro de Bibliotecas" proposto e aprovado pelo CONIF e a necessidade de manutenção do antigo Fórum de Bibliotecários, hoje Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica - SBBI como importante evento de capacitação dos profissionais bibliotecários e de apoio às

---

<sup>1</sup> Informe – 01 2012 – 18/05/12, recebido via e-mail

Bibliotecas dos IFs, cuja função primordial é o desenvolvimento e qualificação dos recursos humanos destinados e alocados nas Bibliotecas, tema observado como importantíssimo junto aos participantes da reunião e elementar para a necessária requalificação de parte dos profissionais atuando nos IFs.<sup>1</sup>

Como se pode observar, há ainda um longo caminho a se trilhar em busca de colocar as bibliotecas do IFCE na vanguarda dos novos desafios informacionais. Na complexa infraestrutura de informação, as iniciativas cooperativas mostram-se essenciais para que as bibliotecas acompanhem, de maneira eficiente e eficaz, as necessidades de informação da sociedade contemporânea.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante os primeiros resultados da pesquisa, esta investigação é expressa como um dos caminhos para explicitar entraves, desafios, oportunidades e possibilidades de mudanças significativas para os serviços de informação e que devem ser replicados em outros estados do País e postos em discussão em um seminário de bibliotecas desses institutos federais.

Verifica-se que a cooperação não se exhibe, até o momento, como uma estratégia formal de ação da biblioteca do IFCE em Juazeiro do Norte. Dentre as limitações, mostram-se a inexistência de um sistema de bibliotecas que promova formalmente a colaboração entre a biblioteca do *campus* Juazeiro do Norte e as demais bibliotecas do IFCE, ou mesmo bibliotecas de outras instituições congêneres, e a ausência de um *software* de automação para realização de processos técnicos compartilhados.

Considera-se que a existência de um sistema de bibliotecas seja o primeiro passo para que as bibliotecas do IFCE possam aproveitar os benefícios dos serviços bibliotecários cooperativos, tanto para quem presta o serviço, como para a comunidade acadêmica, instituição e sociedade como um todo.

#### REFERÊNCIAS

AMORIM, A. M. WERGUEIRO, Waldomiro. Consórcio de bibliotecas no Brasil: um desafio à democratização do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 32-47, jan./abr. 2006.

AUN, M. P. A informação e o seu papel contemporâneo na construção da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Porto Alegre. [Anais...] Porto Alegre: PUCRS – Centro de Eventos, 2000. p. 1-33.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BESARA, R.; KINSLEY, K. Academic libraries – measuring up: assessment and collaboration for student success. **New Library World**, v. 112, n. 9/10, p. 416-424, 2011.

BROADY-PRESTON, J.; LOBO, A. Measuring the quality, value and impact of academic libraries: the role of external standards. **Performance Measurement and Metrics**, v. 12, n. 2, p. 122-135, 2011.

BURKE, R. **Library consortia and the future of academic libraries**. New York: Neal-Schuman Publisher, 2010. Disponível em: <<http://www.neal-schuman.com/academic/Burke2010.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

CARAVANTES, G. R.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CARRATO-MENA, M. Cooperação bibliotecária para um acesso global ao conhecimento. **El profesional de la informacion**, v. 19, n. 5, p. 449-454, sep./oct. 2010.

CEDERJ. **A teoria neoclássica: os estudos de Chester Barnard e Herbert Simon**. (s.d). Disponível em: <[http://xa.yimg.com/kq/groups/18315139/1601363097/name/17417\\_Historia\\_do\\_Pensamento\\_Administrativo\\_Aula\\_10\\_Volume\\_02.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/18315139/1601363097/name/17417_Historia_do_Pensamento_Administrativo_Aula_10_Volume_02.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2012.

CHADWELL, F. A. Assessing the Value of Academic Library Consortia. **Journal of Library Administration**, v. 51, n. 7/8, p. 645-661, 2011.

CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001. v. 1.

CYSNE, F. P. **Transferência de conhecimento entre a universidade e a indústria: uma análise nacional**. 2003. 305f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

FERNÁNDEZ-ROJO, A. **Cooperación bibliotecária em La Biblioteca Nacional Argentina**. (2010). **El profesional de la informacion**, v. 19, n. 5, p. 523-528, sep./oct. 2010.

GOODLUCK, I. Sustainable consortium building among university libraries in Nigeria: Adoption of new strategies. **The Inter. Infor. & Library Review**, v. 44, p. 8-12, 2012.

HEALY, A. M. Increasing the Visibility of the Library within the Academic Research Enterprise. **Library Scholarly Publications**, n. 40, 2010.

JACKSON, M. L. Re-thinking positions in academic libraries. **The Bottom Line: Managing Library Finances**, v. 24, n. 1, p. 61-62, 2011.

JANTZ, R. C. Innovation in academic libraries: An analysis of university librarians' perspectives. **Library & Information Science Research**, v. 34, p. 3-12, 2012.

KRZYŻANOWSKI, R. F. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, v.

3, n. 1, p. 1-24, jan./jun., 2007. Disponível em:  
<<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27/32>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

LEMONS, L. O. C.; MACEDO, M. C. A cooperação entre as bibliotecas do ensino superior em Portugal: passado, presente e perspectiva futura. In: JORNADAS PORBASE: NOVOS CONTEXTOS PARA A COOPERAÇÃO, 9., Lisboa, 2003. [**Trabalhos completos**]. Disponível em: <<http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/11manha/acooperacaoentrebibliotecasdoensinosuperior.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2012.  
MATTHEWS, J. R. **Strategic planning and management for library managers**. Wesport: Libraries Unlimited, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, A. Biblioteca universitária no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. [**Anais...**] Niterói, RJ, 1978.

PRASAD, N. Synergizing the collections of libraries archives and museums for better user services. **IFLA**, v. 37, n. 3, p. 204-210, 2011.

MATTOS, A. M. et al. Rede de cooperação e ajuda mútua entre centros de informação e bibliotecas do consejo latino americano de escuelas de administración. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. [**Anais...**] Maceió, AL, 2011.

RODRÍGUEZ-PARADA, C. Bibliotecas: o longo caminho do estado natural à cooperação. **El profesional de la informacion**, v. 19, n. 5, p. 457-462, sep./oct. 2010.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

THIOLLENT, M. J. O estudo da cooperação no âmbito da engenharia de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. [**Trabalhos completos**]. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008\\_TN\\_STO\\_078\\_544\\_10705.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_078_544_10705.pdf)>. Acesso em: 12 ago 2012.

TOMAÉL, M. I. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 10, n. 1/2, jan./dez. 2005.

WEINBERGER, D. **A nova desordem digital: os novos princípios que estão reinventando os negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Cinf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.